



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Divulgação das informações sobre a localização do depósito e armazém de substâncias perigosas e o plano de mudança do armazém intermediário temporário de combustíveis

O anterior Governo tinha a intenção de construir um depósito e armazém temporário de substâncias perigosas em dois terrenos de Seac Pai Van, mas, sob a forte oposição dos residentes, o Governo anunciou que ia procurar um outro local para tal, ponderando também a construção desta instalação de forma não temporária, mas, sim, permanente. Também tinha dito que ia construir o depósito e armazém na Zona E dos novos aterros, bem como surgiram notícias de que o ia construir num terreno da ilha artificial. Porém, esses dois locais também não são apropriados para tal. A Zona E dos novos aterros vai dispor de grandes infra-estruturas públicas e fica próxima do Terminal Marítimo do Pac On e do aeroporto, por isso, caso se verifique algum acidente, o impacto será enorme; quanto à ilha artificial, ainda é menos apropriada. As pessoas sentem que parece que a ilha artificial está longe de Macau, mas, na realidade, está perto da Zona A dos novos aterros, que será uma zona habitacional muito concentrada e, olhando em linha recta, é apenas a um passo de distância, por isso será extremamente perigoso.

Recentemente, o Secretário Raimundo do Rosário revelou, na Assembleia Legislativa, que o Governo já escolheu o local para a construção do depósito e armazém de substâncias perigosas, mas o terreno ainda se encontra em processo judicial, por isso, não é adequado revelar, neste momento, o local concreto, e só será divulgado quando o processo judicial estiver concluído e o terreno for recuperado. Esta atitude do Governo leva as pessoas a pensarem e a discutirem que o Governo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

quer dar a conhecer a situação, mas quer tapar a vergonha depois de a população muito pedir.

Como é um terreno recuperado, então, exclui-se a possibilidade de ser um terreno nos novos aterros e também na ilha artificial, por isso será numa zona densamente povoada de Macau. Então, onde poderá ser instalado o depósito e armazém de substâncias perigosas? Por enquanto, as autoridades não querem divulgar o local, mas, quando o fizerem, não será que a população vai contestar veementemente a decisão? Isto é preocupante!

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No ano passado, as autoridades pretendiam construir um crematório no cemitério Sá Kong, mas, como o Governo não dialogou com a população, pelo contrário, manteve isso em segredo, mal foi divulgada a notícia, os moradores das proximidades manifestaram-se veementemente, e com isto o Governo perdeu a confiança da população e os posteriores esclarecimentos não surtiram quaisquer efeitos, acabando o projecto por “ficar em águas de bacalhau”. O Governo deve retirar os devidos ensinamentos deste caso, e tem de entender que o diálogo e a divulgação atempada das informações são importantes para que a população tenha acesso a estas últimas num estado mais racional, em vez de remediar a situação aquando do surgimento do descontentamento da população, pois a divulgação atempada das informações é meio caminho andado para o sucesso. O mestre do futuro sucesso é retirar ensinamentos do passado. Será que o Governo retirou ensinamentos do projecto de construção do crematório, para decidir qual o terreno a ser destinado para a construção do depósito e armazém de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

substâncias perigosas?

2. Uma vez que o Governo já tem em mente um local para a construção do depósito e armazém de substâncias perigosas, então deve reforçar as medidas de segurança do respectivo depósito e armazém, e divulgá-las, quanto antes, à população, com vista a chegar a um consenso junto da sociedade sobre a sua construção. O Governo vai fazer isto? Não sei se o Governo está a entender bem ou não, quando refere que não se pode divulgar o local porque o terreno se encontra em processo judicial. A independência judicial é um valor social que devemos defender, mas a divulgação da futura utilidade do terreno em nada vai afectar a acção judicial de declaração de caducidade do terreno, nem a independência judicial. Assim, será que há esta necessidade de não divulgação do local do terreno por este se encontrar em processo judicial?
3. Para além do depósito e armazém de substâncias perigosas, a população também está atenta ao local do armazém intermediário de gases de petróleo liquefeito. Os residentes da zona da Ilha Verde têm vindo a sentir-se muito preocupados com esta situação, porque o actual armazém fica nesta zona. Como e onde é que o Governo vai escolher o local para resolver a questão do local do armazém intermediário de gases de petróleo liquefeito?

13 de Novembro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Au Kam San**